

**Apresentação pública do Relatório Sobre a Evolução da Negociação Coletiva em
2018**

21-05-2019

Intervenção de abertura do Presidente do CRL

Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,

Senhor Secretário de Estado do Emprego

Senhoras e senhores representantes dos Parceiros Sociais

Senhoras e senhores dirigentes e técnicos da Administração Pública

Senhoras e senhores jornalistas

Caros membros do CRL e da Comissão Científica

Senhoras e senhores convidados

Muito boa tarde.

Desde logo, não posso deixar de afirmar que é uma honra e um prazer contar com a vossa presença, destacando a do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Senhor Secretário de Estado do Emprego, que muito nos

honram com a sua participação, como aliás se tem verificado todos os anos quando da apresentação dos relatórios do CRL, numa clara valorização do importante papel deste organismo tripartido.

O tempo não pára e estamos já a apresentar o 4.º Relatório Anual sobre a Evolução da Negociação Coletiva, da responsabilidade do Centro de Relações Laborais.

Mais uma vez, cumpre-me destacar a forma exemplar como decorreu a preparação deste Relatório, destacando, como em anos anteriores, o quanto foi extremamente útil e decisiva:

- Por um lado, a participação dos membros do CRL, desde a elaboração do roteiro do Relatório até aos comentários finais, não esquecendo as críticas e sugestões ao longo do processo de elaboração do Relatório;
- Por outro lado, a intervenção dos membros da Comissão Científica, também ao longo de todo o processo de elaboração do Relatório, na definição do roteiro, no acompanhamento crítico do trabalho e no parecer final – muito obrigado, Professores Doutores Maria do Rosário Palma Ramalho, António Monteiro Fernandes, Daniel Bessa, Luís Gonçalves da Silva e José João Abrantes, relator do parecer conjunto da Comissão Científica;
- Finalmente, mas não menos importante, o trabalho e dedicação da equipa do CRL – muito obrigado, Dr. António Nunes de Carvalho (da Universidade Católica Portuguesa e Coordenador Científico do Relatório), Dr.ª Paula Agapito (Coordenadora Executiva do CRL e coautora do Relatório), e Drs. Alexandra

Moreira, Cristina Garrido, Paulo Félix de Oliveira e Rita Conde Antunes (da equipa técnica do CRL).

A tudo isto acresce a colaboração de outros organismos da Administração Pública, em particular, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público e o Instituto Nacional de Estatística.

Os elementos fornecidos, sem os quais este relatório seria mais pobre, são, mais uma vez, a prova indubitável da disponibilidade, do empenho e da capacidade técnica e de trabalho conjunto que são a marca da nossa Administração Pública.

A todos, autores do Relatório e equipa técnica do CRL, membros do CRL, da Comissão Científica e organismos da Administração Pública, quero deixar uma palavra de reconhecido agradecimento.

Quanto ao conteúdo do Relatório, ele é tributário, como não podia deixar de ser, da experiência dos relatórios anteriores e deve muito ao trabalho e impulso dos anteriores Presidentes do CRL, Eng.º João Proença, Dr. Gregório Rocha Novo e Dr. António Valadas da Silva.

Como refere o parecer da Comissão Científica, o relatório de 2018 “mantém a matriz de análise dos relatórios anteriores – relativamente a estrutura, fontes e critérios de análise – permitindo, deste modo, a monitorização da contratação coletiva, numa

perspetiva evolutiva, segundo parâmetros não só quantitativos, como também qualitativos”.

Em linhas gerais, cabe destacar os seguintes aspetos, quer numa lógica de continuidade quer numa lógica de novidade:

- o aumento do número de IRCT publicados e do número de trabalhadores abrangidos em 2018, embora com valores que continuam distantes dos atingidos antes de 2011;
- o facto de, pelo segundo ano consecutivo, os acordos de empresa assumirem a primazia no conjunto dos tipos de convenções, provavelmente por influência do aumento da contratação no sector público empresarial, decorrente da eliminação das condicionantes à contratação coletiva naquele setor, introduzidas em 2011;
- a continuação do aumento da taxa de cobertura das convenções publicadas e a continuação, também, da redução da taxa de cobertura das convenções em vigor;
- a variação salarial real positiva pelo terceiro ano consecutivo, ainda que a compressão salarial que se verifica não deixe de ser merecedora de atenção;
- a manutenção da trajetória de crescimento de matérias associadas à igualdade e não discriminação, em múltiplas vertentes;

- a introdução, pela primeira vez, de um capítulo à avaliação de desempenho e outro à presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação na negociação coletiva;
- o aumento do número de ACEP (Acordos Coletivos de Empregador Público) publicados no âmbito da Administração Pública.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Espero que este Relatório represente a consolidação e o desenvolvimento do projeto iniciado em 2016, tenha utilidade para os respectivos destinatários e, em geral, um impacto positivo na contratação coletiva e no desenvolvimento do importante papel que o diálogo social desempenha e deve desempenhar, nos seus vários níveis, em qualquer Estado de Direito Democrático moderno.

Espero ainda que este Relatório seja merecedor da Vossa melhor atenção e também do Vosso olhar crítico, fundamental para continuar a garantir o desejável aperfeiçoamento deste Relatório e de todo o trabalho desenvolvido pelo CRL.

Termino reiterando os agradecimentos ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e ao Senhor Secretário de Estado do Emprego, bem como a todos os presentes, pela honra da sua presença e participação.

Muito obrigado!

21 de maio de 2019